

29 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

FERNANDO SWAIN GANEM

## Juizados Especiais: antes que o caos nos separe

### ARTIGO

FERNANDO SWAIN GANEM, juiz da 1ª.  
Turma Recursal do Estado do Paraná

**A** Lei 9.099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, completa 20 anos de vigência e traz consigo a carga de ter tomado esta a justiça mais procurada pelos cidadãos brasileiros.

Seus critérios informativos levam à convicção de que ali é que se deve cumprir a justiça, do começo ao fim, com celeridade, sem formalidade, de forma simples, econômica e privilegiando a oralidade, em busca da pacificação social.

Trata-se, à toda evidência, de uma justiça muito distante da comum, pois, ao contrário desta - que é presa a formalismos e excesso de recursos -, a lei dos juizados confere ampla liberdade ao juiz na apreciação das provas, autorizando-o a dar especial atenção às regras da experiência comum, e ainda a adotar em cada caso a decisão que entender mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum, independentemente do que diz a legislação.

Está assim instaurada, no país, uma justiça diferente, que privilegia, além da conciliação, a liberdade do julgamento conforme o bem comum. Seria bem di-

zer a entrega da prestação jurisdicional ao cidadão, por equidade, tendo sempre em mente a pacificação social, e - por que não? - também a própria satisfação coletiva, buscando, com a solução do litígio, mitigar práticas dolorosas, nefastas e nocivas ao corpo social.

É o juízo conforme o bem comum, conforme os costumes, sem olvidar dos fins sociais da lei.

Com isso, os juizados têm hoje como usuário dos seus serviços inúmeros cidadãos, em busca dessa justiça, que vem bem cumprindo os seus objetivos, nada obstante a falência estatal e os poucos recursos a eles destinados, impróprios para atender à demanda processual, e ainda, tão escassos a não satisfazer satisfatoriamente às suas necessidades funcionais e estruturais.

De todo o modo, os juizes que integram o sistema, assim como todo o corpo de servidores, merecem homenagem, pela dedicação e empenho na prestação desse serviço, apesar das falhas estruturais e do pouco caso do Estado para com a causa.

Já disse acima que, atualmente, os juizados, com estrutura inferior à que é destinada à justiça comum, ainda assim são o maior destinatário de ações no Poder Judiciário.

No Paraná, somente em 2014, receberam 40% das ações propostas em todo o Estado, apesar de deter estrutura inferior à da justiça comum, competente para as demais ações.

Ainda, as turmas recursais, compostas por apenas oito juizes titulares e oito suplentes (em regime de exceção), são responsáveis por 25% de todos os recursos a serem julgados pela Justiça Estadual. Isso quer dizer que um quarto dos recursos do Estado pesam sobre os ombros de 16 juizes, que não são substituídos em casos de afastamento.

Por outro lado, o restante dos recursos no Estado está nas mãos de 120 desembargadores, os quais, em suas faltas, são imediatamente substituídos por juizes de direito substitutos em segundo grau.

Essas conclusões nos levam a uma só preocupação: evitar o caos, pois, para piorar, os juizados da Fazenda Pública passam a ter competência plena, ressalvadas as exceções legais, nas causas de até sessenta salários mínimos, além do que os juizados comuns passarão, em breve, a ter competência absoluta, o que não evitará uma enxurrada de ações.

Apenas para rememorar, quando publicada a Lei 9.099/95, o salário mínimo era de R\$ 100, e o juizado abarcava as causas de até quarenta salários mínimos.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

29 MAI 2015

Hoje o salário mínimo nacional é de R\$ 788,00. Logo, as ações de competência da Fazenda Pública podem ser propostas nos Juizados desde que tenham valor de até R\$ 47.280,00, e nas demais matérias de até R\$ 31.520,00. Salvo exceções, é raro ter ação com valor superior a este, mormente quando nos juizados o acesso à justiça é inteiramente gratuito.

É necessário, pois, que o Estado, apesar de sua deficiência financeira, reveja e repense os juizados especiais cíveis e criminais, dotando-o de estrutura física e funcional suficiente à recepção da demanda que ainda está por vir em razão do alargamento da sua competência.

Medidas urgentes devem ser tomadas, como o investimento na mediação, o reaproveitamento de servidores lotados na justiça comum, a criação de mais turmas recursais, aperfeiçoamento de conciliadores, além de outras tantas.

Urge que o Estado, imediatamente, passe a focar seus holofotes nesse sentido, antes que o caos exija que ele o faça, antes que do caos ressurgja o caos, antes que o caos provoque a impopularidade daqueles que amam ser populares, antes que o caos, definitivamente, nos separe e nos divorcie dos critérios que inspiraram a criação desse modelo de justiça ideal, e tão ideal que é a mais procurada em todos os Estados, em toda a nação brasileira.

Fica o apelo, antes que falhe a justiça do cidadão!

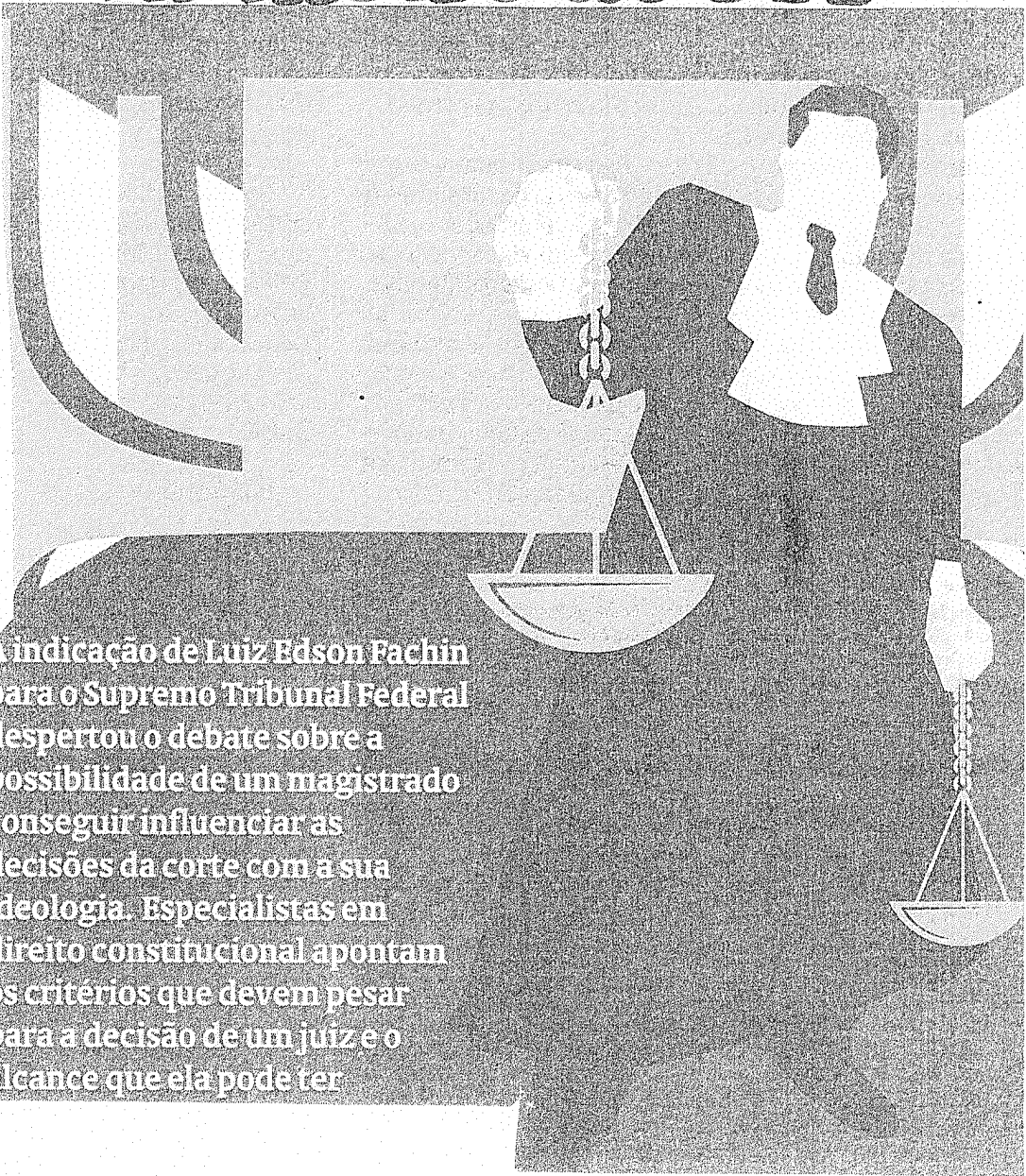
Está instaurada, no país, uma justiça diferente, que privilegia, além da conciliação, a liberdade do julgamento conforme o bem comum

As turmas recursais, compostas por apenas oito juizes titulares e oito suplentes, são responsáveis por 25% de todos os recursos a serem julgados pela Justiça Estadual

29 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## Os poderes de um ministro do STF



A indicação de Luiz Edson Fachin para o Supremo Tribunal Federal despertou o debate sobre a possibilidade de um magistrado conseguir influenciar as decisões da corte com a sua ideologia. Especialistas em direito constitucional apontam os critérios que devem pesar para a decisão de um juiz e o alcance que ela pode ter

# Até que ponto as ideologias pesam nos julgamentos do STF?

Profissionais do direito afirmam que as crenças dos magistrados não podem interferir na maneira como é feita a interpretação da Constituição

| Kelli Kadanus

Dez meses depois do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Joaquim Barbosa se aposentar, o Senado aprovou nesse mês a indicação do professor paranaense Luiz Edson Fachin para a Suprema Corte do país. A nomeação, porém, não deixou de ocorrer sem polêmicas, causadas pela preocupação dos parlamentares com as ideologias do jurista paranaense.

Fachin sofria resistência de diversos lados. De senadores da bancada evangélica, devido a algumas de suas teses sobre família. De parlamentares ligados ao agronegócio, por causa de sua atuação em prol da reforma agrária. E da oposição como um todo, por ter declarado apoio à presidente Dilma Rousseff (PT) nas eleições de 2010. A polêmica traz à tona uma discussão sobre a possibilidade de os ministros da corte influenciarem os julgamentos com suas crenças, que servem de referência para a área jurídica no Brasil. (Veja um exemplo no quadro ao lado).

Para o presidente do Conselho Fundador da Academia Brasileira de Direito

Constitucional e professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) Flávio Pansieri, o fato dos ministros possuírem sua própria visão de mundo não influencia diretamente nas decisões da Suprema Corte. “O ministro do STF tem, como qualquer magistrado, direito a construir sua decisão a partir de sua livre convicção, mas essa ideia de livre convicção está condicionada ao que determina a Constituição”, diz.

Opinião semelhante tem a professora adjunta de Direito Constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro Ana Paula de Barcellos. “Os Ministros não podem tirar suas opiniões ‘do nada’: elas precisam ter um vínculo direto com o texto constitucional”, afirma.

## Constituição

“Normalmente, quando ele chega lá, tem que esquecer essa questão de ideologia, de parcialidade, de comprometimento. O que a gente espera é que ele julgue como magistrado de acordo com a Constituição, independente de ideologia”, diz o presidente da Comissão de Ensino Jurídico da OAB/SP e professor livre docente pela Universidade de São Paulo (USP) Dircêo Torrecillas Ramos. Mas ele reconhece que, como qualquer pessoa, um ministro terá suas opiniões pessoais. “Como ser humano ele poderá ter uma tendência a uma certa ideologia e receber essa carga, e aí nós não temos o que fazer”, afirma.

No caso de julgamentos de temas polêmicos, é importante que os magistrados saibam separar a neutralidade da imparcialidade. De acordo com Marco Berberi, professor e coordenador geral do curso de direito do UniBrasil Centro Universitário e procurador do Estado do Paraná, a neutralidade não é possível porque implica em uma não postura em relação a algum assunto. “O controle que se exerce sobre o juiz é para que ele seja imparcial, não neutro”, completa.

Como no STF a maioria das decisões é em colegiado, há uma série de garantias de que a decisão será baseada na Constituição, e não apenas em crenças dos magistrados. Ana Paula cita, em primeiro lugar, que o ministro precisa encontrar um fundamento no texto constitucional para a posição que pretenda defender. “Em seguida, ele precisa motivar explicitamente sua opinião a partir de parâmetros jurídicos. Por fim, ele precisa convencer os demais componentes da corte de seu posicionamento”, avalia a professora.

Mesmo em casos em que um ministro precise desempatar uma decisão, Ana Paula não acredita que a ideologia do ministro deva ser causa de preocupação. “Note, porém, que se houve empate, e um ministro acaba por desempatar, a verdade é que vários ministros já compartilham daquela mesma posição”, ressalta Ana Paula.

**CONTINUA**

29 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

NA BERLINDA

**Temas polêmicos  
deixam posições  
pessoais perceptíveis**

¶ As visões de mundo de cada pessoa estão sempre presentes e é impossível se separar delas e isso também se aplica aos ministros do STF, como afirma a professora de Direito Constitucional da UERJ Ana Paula de Barcellos. "Ao mesmo tempo, os ministros precisam fundamentar suas decisões na Constituição, motivar de forma explícita e pública as razões de suas posições e convencer os demais", diz.

Nesse sentido, alguns assuntos podem revelar a ideologia dos ministros envolvidos em possíveis julgamentos, como o da união homoafetiva, pesquisa com células troncos, fetos anencéfalos, monopólio postal e participação de organizações sociais no SUS, por exemplo.

"Penso que três exemplos desses temas [polêmicos] são os papéis do Estado e do mercado na ordem econômica, a convivência entre liberdade/autonomia individuais e valores comunitários, e o papel do Judiciário vis a vis o espaço dos Poderes Executivo e Legislativo", aponta Ana Paula. Apesar de os temas polêmicos engatilharem discussões ideológicas, Marco Berberi alerta que os julgamentos devem sempre ser embasados na Constituição Federal. "Todas as vezes que se julga, se busca a lei e em primeiro lugar deve se passar pela Constituição. Não posso ter uma decisão porque eu quero", afirma. "A ideologia do juiz não conta muito porque é preciso que ele reforce o pensamento dele com o embasamento jurídico", opina Berberi.

CONTINUA

29 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## CONSEQUÊNCIAS

### Alcance das decisões do Supremo refletem poder dos juizes

| Kelli Kadanus

¶ A discussão sobre o tipo de ideologia dos ministros do STF torna-se mais importante quando se discute o alcance das decisões da Suprema Corte. As decisões do Supremo se tornam, muitas vezes, referência, vinculando determinadas decisões jurídicas em outras instâncias. Isso porque o STF tem o poder de criar as chamadas súmulas vinculantes - mecanismo que obriga juizes de todos os tribunais a segui-

rem o entendimento adotado pela corte sobre determinado assunto com jurisprudência consolidada.

Um exemplo é a súmula vinculante número 13, que trata do nepotismo. A normativa do STF diz que a nomeação de parentes só é considerada nepotismo se for para cargos que não sejam de confiança. Isso quer dizer, por exemplo, que um prefeito pode nomear um parente para chefiar uma secretaria, mas não pode nomeá-lo para outra função na prefeitura.

Com a decisão do STF, a súmula vinculante adquire força de lei e cria um vínculo jurídico, não podendo mais, portanto, ser contrariada.

### Jurista defende novos critérios para formar corte

¶ Para ser ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), de acordo com o que determina a Constituição Federal, é preciso ter mais de 35 anos, menos de 65, ter notável saber jurídico e reputação ilibada. A escolha é feita pelo (a) presidente da República e precisa da aprovação da maioria absoluta no Senado.

O presidente da Comissão de Ensino Jurídico da OAB/SP Dircêo Torrecillas Ramos acredita que os critérios não são suficientes para

garantir a qualidade dos julgamentos da Suprema Corte. "O critério brasileiro não existe no mundo inteiro", argumenta Torrecillas.

Ele defende uma Proposta de Emenda à Constituição que determine mais critérios para que se ocupe o cargo, como uma idade entre 40 e 65 anos e dez anos de experiência ou carreira. A proposta de Torrecillas prevê ainda que os indicados sejam professores, titulados com pós graduação e reconhecidos juristas. "Com isso acho que nós damos um grande passo", diz. "A competência dele é a guarda da nossa Constituição, da nossa lei maior, então esse é o poder que eles poderão ter", argumenta.

29 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## “A cultura do trabalho escravo está disseminada na nossa sociedade”

Jocana Neitsch

### ENTREVISTA

LUERCY LINO LOPES, procurador do Ministério Público do Trabalho do Paraná



Luercy Lino Lopes

- **Naturalidade:** Maringá-PR
- **Currículo:** graduado em Direito na UFPR, advogado para trabalhadores e ingressou no MPT em 1993
- **Jurista que o inspira:** Ayres Britto
- **Nas horas vagas:** gosta de ficar com a família e viajar, tem predileção pela Ilha do Mel, para onde costuma ir com seu barco no verão

O procurador do Ministério Público do Trabalho, Luercy Lino Lopes, participou, em 1995, da primeira operação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), que atua no combate ao trabalho análogo ao de escravo. Recentemente, ele foi homenageado pelo Ministério do Trabalho por essa atuação. Lopes também participou da primeira operação que deflagrou esse tipo de trabalho no Paraná. A experiência ao longo de duas décadas na área, lhe dá condições de apresentar um panorama da situação dos trabalhadores em situação vulnerável no Brasil e no Paraná. Lopes conversou com o **Justiça & Direito** em seu gabinete, no MPT, em Curitiba.

O senhor foi recentemente homenageado por uma ação que ocorreu no Mato Grosso do Sul em 1995. Como foi participar desse momento?

Essa foi uma homenagem feita pelo Ministério do Trabalho por causa dos 20 anos da primeira operação de combate ao trabalho escravo, realizada no Brasil por um dos grupos de fiscalização do MT. Esse foi um marco na política pública de combate ao trabalho escravo, foi a operação “protótipo” do que seriam as operações a partir daí, se tornou até uma referência internacional.

Até então não existiam ações neste sentido?

De forma isolada, mas não como fiscalização rotineira e não como uma política específica.

Ainda não havia a cultura de combate a esse tipo de trabalho?

Não, era uma coisa nova. Até então, no Brasil, havia um ou outro caso de trabalho escravo analisado no Judiciário, isso ao longo de vários anos. A partir da implantação dos chamados Grupos Móveis de Fiscalização Especial é que esse tema ganhou repercussão e conscientização. Aí é que o trabalho escravo foi desvendado no Brasil como uma realidade. Até então, era uma coisa camuflada, todos sabiam que tinha, mas ninguém havia colocado o dedo na ferida.

Houve um planejamento, fizeram um mapeamento para aquela operação?

Em 1995, eu estava na Procuradoria do Trabalho, e lá, uns dois anos antes, algumas entidades junto com a participação do estado, criaram uma comissão permanente de investigação nas carvoarias do estado do Mato Grosso do Sul.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO 29 MAI 2015

## CONTINUAÇÃO

Assim, foram verificados vários focos de possível exploração do trabalho escravo. Com base nisso, essa comissão fez a denúncia no Ministério Público do Trabalho e o então procurador chefe dr. Luiz Camargo, que hoje é procurador-geral do trabalho, movimentou diretamente a secretaria de inspeção do trabalho em Brasília, para que fosse feita uma operação diferenciada já que a situação era muito grave. Como eu estava trabalhando por lá, eu acabei sendo designado para acompanhar essa operação. Em razão disso é que eu tenho a satisfação de ter participado dessa primeira operação.

### **E como foi quando chegaram ao local?**

Foi uma experiência realmente chocante! Até então dentro do ministério público havia uma cultura de gabinete, o procurador dificilmente saía para ver a realidade das situações que investigava. Quando eu tive a oportunidade de presenciar aquela realidade nua e crua do trabalho escravo, pessoalmente eu percebi que havia muito mais que um procurador do trabalho pudesse fazer do que apenas se isolar na sua ilha de conforto do gabinete, porque ali é que você vê a realidade. Desde lá, faz 20 anos, não parei mais de acompanhar as operações, tanto aqui no Paraná quanto em outros estados.

### **O senhor também participou da primeira operação que deflagrou o trabalho escravo aqui no Paraná. Como foi?**

O primeiro resgate de trabalhadores em condições aná-

logas à escravidão no Paraná ocorreu em 2005. Eu e mais dois auditores fiscais atendíamos a uma denúncia de trabalho infantil. Quando chegamos à propriedade, em Tunas do Paraná, me chamou atenção, porque havia um riacho e, ao longo desse riacho, várias luzes. Perguntei o que era e o capataz disse: "o meu pessoal é só esse, os outros são de outros empreiteiros". Eram mais de 150 pessoas trabalhando na extração de pinus na Fazenda Itamaraty. E a gente sem estrutura nenhuma, mas falei que era caso de resgate e ficamos até 1 hora da manhã levantando o nome das pessoas para que não sumissem. No dia seguinte, retornamos com mais estrutura e fizemos o resgate. Foi ali que eu percebi que temos um problema sério no Paraná. Estávamos saindo daqui para fazer fiscalização no Pará, no Amazonas e o problema está aqui na nossa porta, a 60 km de Curitiba. Os proprietários da Itamaraty foram responsabilizados criminalmente. A partir dali, intensificamos a fiscalização aqui no estado.

### **Em quais setores se deflagra mais esse tipo de trabalho?**

No Paraná, o setor de reflorestamento e produção de madeira talvez seja o segmento que mais registrou flagrantes nos últimos 10 anos, começando na divisa de Santa Catarina até São Paulo. Também tem a construção civil, setor sucroalcooleiro e o setor da erva-mate, na sua colheita. Também está nos preocupando, a questão da colheita da man-

dioca na região de fronteira com o Paraguai. Produtores estariam "importando" paraguaios para essa atividade, além da questão da entrada ilegal desses estrangeiros no país, ainda há a submissão dessas pessoas a condições degradantes de ambiente de trabalho. É muito fácil o estrangeiro vir de maneira ilegal e se instalar praticamente em estado de sujeição. E ainda é uma coisa disseminada na nossa sociedade, muitas vezes as pessoas não têm nem noção de que estão escravizando ou sendo escravizadas. Não sempre. Mas é algo cultural, principalmente nas áreas rurais, a pessoa passou por aquilo e agora faz isso com o próximo. É normal alojar alguém numa barraca de lona preta, durante os três meses em que vai trabalhar ali, que as pessoas tirem a água que vão usar do rio, que tomem banho no rio.

## CONTINUA



29 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

E, em nível nacional, em quais regiões há mais ocorrência?

No passado, as regiões mais endêmicas eram principalmente nos estados da Amazônia, Pará, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, que sempre foram os campeões em trabalho escravo, até pela condição geográfica e pela atividade rural isolada. Nós verificávamos até pouco tempo, quase com exclusividade fazendas isoladas e carvoarias. Talvez pela atividade dos grupos móveis, essas ocorrências são bem menores agora. Antigamente, eram comuns retiradas de até 200 trabalhadores de uma frente de trabalho. Hoje raramente são resgatados mais que dez trabalhadores em uma operação. A surpresa, agora, não poderia ser outra em cidades, como São Paulo, a ocorrência de trabalho escravo em termos numéricos talvez seja muito maior que na Amazônia inteira. Principalmente em atividades como confecções de roupas, especialmente com o ingresso de bolivianos e peruanos. Hoje já se espalhou para diversas cidades, inclusive no interior do Paraná. Também temos a construção civil que, com o “boom” imobiliário, tivemos um problema muito sério generalizado em todo o país.

Colaborou: Lucas Prestes

29 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## Jurisprudência

**TRT9**

**Família recebe indenização por morte de bancária na estrada**

### ¶ Ementa

MORTE DO EMPREGADO EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. ATIVIDADE DE RISCO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA EMPRESA RÉ. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA NÃO COMPROVADA. INDENIZAÇÃO DEFERIDA - A análise do risco a que se refere o parágrafo único do art. 927 do Código Civil não deve ser feita abstratamente pela atividade geral explorada pela empresa ré, mas pelas tarefas efetivamente exercidas pelo empregado. A prova dos autos deixa transparecer que a empregada era constantemente instada a conduzir veículo locado pela empresa ré para visitar clientes, fazendo uso regular de rodovias e estradas. A condição de perigo em nossas estradas é patente, principalmente diante da má qualidade das vias e péssimas condições de conservação, além do intenso tráfego de veículos nos dois sentidos da via de rolamento, fazendo com que a probabilidade de acidente de trânsito (e de trabalho) seja alto. Esses fatores configuram, portanto, atividade de risco, a que se refere o dispositivo legal mencionado, conforme reiterada jurisprudência a respeito dessa questão. Não provada a culpa exclusiva da empregada/vítima no acidente, impõe-se reconhecer o dever de indenizar à família pela morte da empregada no acidente de trânsito. Recurso do qual se dá provimento para deferir a indenização por danos morais e materiais pleiteados pelos dependentes/successores da empregada falecida.

**TRF3**

**Casa lotérica deve indenizar apostadores por não fazer registro de bolão premiado**

### ¶ Ementa

EMENTA CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO. BOLÃO. MEGA SENA. FALTA DE INTERESSE DE AGIR AFASTADA. CORRÉ RECONHECE A PARTICIPAÇÃO DOS AUTORES NA APOSTA. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA INSTITUIÇÃO CREDENCIADORA ANALISADA COM O MÉRITO. APOSTA NÃO EFETUADA POR ATO LESIVO PRATICADO PELO REVENDEDOR CREDENCIADO. CULPA EXCLUSIVA DA LOTÉRICA. FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE COM A CEF. INEXISTÊNCIA DE TÍTULO AO PORTADOR. DANO MORAL CONFIGURADO. RECONHECIDA VENDA DE MEIA COTA. APELAÇÃO DA CASA LOTÉRICA PARCIALMENTE PROVIDA. APELAÇÃO DOS AUTORES PARCIALMENTE PROVIDA. APELAÇÃO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL TOTALMENTE PROVIDA. PRELIMINARES REJEITADAS.

**TRT9**

**Carregador de malas de rodoviária tem vínculo empregatício negado**

### ¶ Ementa

CARREGADOR DE MALAS. VÍNCULO EMPREGATÍCIO NÃO CARACTERIZADO. O vínculo de emprego se caracteriza quando há prestação de serviços de forma pessoal, não eventual, subordinada e remunerada, conforme arts. 2º e 3º da CLT. No caso dos autos, o Autor prestou serviços diretamente aos usuários da Rodoferroviária de Curitiba/PR e, a par da autorização/licença fornecida pela primeira Ré (URBS) para que o trabalhador pudesse circular no local, inexistiu qualquer liame laboral entre as partes. Recurso ordinário do Autor a que se nega provimento.

### **Instituto dos Advogados lança 3ª edição do concurso de monografias**

O Instituto dos Advogados do Paraná (IAP) vai lançar no dia 10 de junho a terceira edição do Prêmio Francisco Cunha Pereira Filho, que vai selecionar uma monografia jurídica. O objetivo de incentivar contribuições efetivas na área do direito e promover o debate sobre questões relevantes para a defesa e o aprimoramento do Estado Democrático de Direito. Este ano, o tema será "Manifestações Populares e o Regime Democrático". O trabalho deve ser inédito e conter 30 laudas. O vencedor receberá R\$ 50 mil. Os participantes devem ser bacharéis em direito e o concurso tem abrangência nacional. O período de inscrições será 15 de novembro de 2015 a 15 de janeiro de 2016. Não é permitido fazer o trabalho em coautoria.

A comissão organizadora do concurso é composta pelo presidente do Instituto, José Lucio Glomb, e pelos associados Adriana d'Ávila de Oliveira (secretária), João Carlos de Almeida, Laís Gomes Bergstein e Marília Pedroso Xavier todos indicados pela Diretoria da Entidade.

A comissão julgadora será composta pelo ministro Ayres Britto (presidente de honra), professor Clêmer-son Merlin Clêve, professor Egon Bockmann Moreira, professor Jonathan Machado (Portugal), advogado Newton José de Sisti, advogada Patrícia Bianco e professor Rodrigo Xavier Leonardo.

A divulgação do vencedor deve ocorrer em maio de 2016.

As informações sobre o concurso poderão ser acompanhadas pelo site do IAP:

<http://www.iappr.org.br>.

### **Serviço Alemão de Intercâmbio oferece bolsas para a área do direito**

O Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico abre na próxima semana as inscrições para o Mestrado em Políticas Públicas e Boa Governança. Graduados na área do direito podem participar. Para se candidatar, é preciso ter um rendimento acadêmico de excelência e conhecimento de inglês. Os interessados devem enviar a documentação para a universidade alemã onde desejem estudar entre 1º de junho de 31 de julho. Os selecionados receberão uma bolsa mensal, ajuda de custo com passagem aérea, curso preparatório de alemão e seguro-saúde. Confira mais detalhes em: <http://www.daad.org.br/pt/18313/index.html>

### **OAB promove primeira edição do Dia da Cidadania**

A Ordem dos Advogados do Brasil do Paraná (OAB-PR) promove no próximo sábado, dia 30 de maio, a primeira edição do Dia da Cidadania. Em Curitiba e nas demais 47 cidades do estado onde a Ordem tem subseções, mais de 1300 advogados voluntários irão às ruas para dar orientações à população sobre direitos humanos e sociais. Serão oferecidas palestras, debates e oficinas e haverá distribuição de cartilhas e materiais educacionais. O atendimento será gratuito. As mais de 60 comissões da OAB estão se mobilizando. Os profissionais envolvidos atuam em diversas áreas, como família, previdência, direito do trabalho, direito penal e direito ambiental. Em Curitiba, o atendimento será na Praça Santos Andrade, das 9h às 17h.

29 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

INOVAÇÃO

## Cartórios assinam convênio com o Ministério Público

Parceria possibilitará que procuradores tenham acesso instantâneo ao banco de dados do Registro Civil estadual



Com a novidade, os procuradores do estado terão maior celeridade processual

O Instituto do Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Paraná (Irpen-PR) assinou um importante convênio com a Procuradoria Geral da Justiça do Estado do Paraná para que os promotores públicos do Estado possam ter acesso ao banco de dados do Registro Civil paranaense, disponível através do site [www.e-certidoes.com.br](http://www.e-certidoes.com.br). A expectativa é de que o acordo passe a vigor dentro de 30 dias.

"O acordo firmado entre o Irpen-PR e o Ministério Público do Paraná é um importante passo no desenvolvimento dos cartórios extrajudiciais à medida em que contribuem de forma ainda mais sólida com a população", afirmou o presidente do Irpen-PR e diretor de registro de títulos da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR),

Arion Toledo Cavalleiro Júnior.

A medida deverá promover maior celeridade processual, uma vez que, agora, o Ministério Público estadual terá acesso direto às informações do Registro Civil do Paraná. Isso significa que os procuradores poderão cruzar informações como registros de nascimentos, óbitos, casamentos, entre outros, instantaneamente.

Para o procurador geral do Estado, Gilberto Giacóia, "a celebração desse convênio vai ao encontro do propósito de utilizar as estruturas públicas em benefício da sociedade, tratando-se de um acordo que já vem com o resultado importante para o Ministério Público do Paraná, facilitando os acessos às informações que demandariam providências demoradas que fatalmente trariam

"O acordo firmado é um importante passo no desenvolvimento dos cartórios extrajudiciais à medida em que contribuem de forma ainda mais sólida com a população

Arion Toledo Cavalleiro Júnior,  
diretor do Anoreg-PR

prejuízo aos processos", disse.

Arion Toledo Cavalleiro Júnior falou ainda sobre o empenho da entidade em firmar o convênio que certamente dará mais celeridade às demandas do MP-PR. Segundo o presidente do Irpen-PR, o banco de dados do Registro Civil do Estado do Paraná já conta com mais de 10 mil atos e a previsão de abastecimento é uma constante no trabalho desenvolvido pelas entidades de classe que representam o registrador civil de pessoas naturais.

Já o subprocurador, Bruno Sérgio Galatti, disse sentir-se realizado com a conjugação de esforços, considerando que em um País com tantas diferenças estruturais, a união entre o Irpen-PR e o Ministério Público tem a intenção única de melhor servir à sociedade.

CONTINUA

29 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

Estiveram presentes na assinatura: o presidente do Irpen-PR e diretor de registro de títulos da Anoreg-PR, Arion Toledo Cavalheiro Junior, o vice-presidente da Anoreg-PR, Claudio Roberto Bley Carneiro, e o assessor jurídico das entidades, Fernando Abreu Costa Junior. Na ocasião, os representantes dos cartórios foram recepcionados pelo Procurador Geral da Justiça do Estado do Paraná, Gilberto Giacóia, e pelo Subprocurador Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucionais, Bruno Sérgio Galatti.

29 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

» JUSTIÇA

## Em greve, servidores do Judiciário protestam na frente do TJ

Chico Marés

▣ Servidores do Poder Judiciário fizeram um protesto na tarde desta quinta-feira (28) exigindo melhores condições de trabalho. O protesto foi em frente ao prédio anexo do Palácio da Justiça, sede do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ). Os servidores estão em greve há três dias e afirmam que, até agora, o presidente do TJ, Paulo Roberto Vasconcelos, não se dispôs a negociar. A Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) lançou nota criticando “ataques irrefletidos aos juízes e desembargadores”.

Ao contrário do governo do estado, o TJ apresentou uma proposta de reajuste aos servidores de 8,17% — equivalente à inflação do período. Mesmo assim, a categoria entrou em greve — não pelo salário, mas por melhores condições de trabalho. De 160 comarcas, 95 têm algum grau de paralisação — 41 delas, incluindo a Vara de Família de Curitiba, estão 100% paralisadas.

Para Daianiffer Cherini Lopes, secretária-geral do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário (Sindijus), há graves problemas estruturais que prejudicam o dia a dia dos funcionários. “Há fóruns sem banheiro, sem água, infestações de ratos”, diz. Além disso, no entendimento do Sindijus, faltam servidores. Por isso, o sindicato exige a realização de concurso para o primeiro grau e a nomeação de funcionários que já passaram em concurso no segundo grau.



Manifestação de servidores por melhores condições de trabalho.

29 MAI 2015

» UMMÊS DEPOIS GAZETA DO POVO

# PM tinha arsenal de quase 4 mil itens no dia 29 de abril

Ao todo, os 2,5 mil policiais da ação dispunham de 2.323 balas de borracha, 1.413 bombas de fumaça, gás lacrimogêneo e de efeito moral, além de 25 garrafas de spray de pimenta

Amanda Audi e Diego Ribeiro

1 A operação policial que cercou a Assembleia Legislativa e ocasionou “a batalha do Centro Cívico”, há exatamente um mês, custou R\$ 948,3 mil aos cofres públicos. A conta leva em consideração as quantias gastas com munição não-letal e diárias dos policiais militares que participaram da operação. Ao todo, os 2.516 policiais designados para a ação dispunham de 2.323 balas de borracha e 1.413 bombas de fumaça, gás lacrimogêneo e de efeito moral, além de 25 garrafas de spray de pimenta, para conter os manifestantes que se aglomeravam em frente à Assembleia Legislativa.

A munição era suficiente para disparar 20 balas de borracha por minuto. Também era possível arremessar 11 bombas no mesmo tempo. O conflito durou cerca de

duas horas, na tarde do dia 29 de abril, e deixou mais de 200 feridos.

As informações, divulgadas pela primeira vez após um mês do episódio fatídico, constam de documento oficial enviado pela Polícia Militar do Paraná (PM-PR) ao Ministério Público de Contas, ao qual a **Gazeta do Povo** teve acesso. O ofício é assinado pelo comandante-geral da PM, Maurício Tortato, e por outros membros do alto escalão da corporação.

Se as contas do sindicato dos professores estaduais, a APP-Sindicato, estiverem corretas, 20 mil servidores participaram do protesto. Assim, havia munição para atingir um em cada cinco servidores. É possível considerar que a operação “Centro Cívico” custou R\$ 47 por cada manifestante.

Segundo a PM, 1.661 policiais militares lotados na região de Curitiba e outros 855 do interior foram deslocados para a operação. Com estadia, alimentação e transporte, o gasto para manter o efetivo chegou a R\$ 553,2 mil. As munições de menor potencial ofensivo usadas na operação custaram R\$ 395 mil. A mais usada, a bala de borracha calibre 12, custou R\$ 22,75 a unidade. Foram comprados 1.104 projéteis. Já o tipo de bomba com maior disponibilidade foi a granada ex-

plosiva de efeito moral com corpo de borracha. A PM comprou 479 unidades por R\$ 188,23 cada.

O ofício da PM cita, ainda, que não houve registro de policiais presos por insubordinação durante a operação policial.

Na ocasião, os servidores protestavam contra a votação do projeto que alterava a previdência dos servidores. Mesmo com a guerra na praça, a proposta foi aprovada pelos deputados e sancionada pelo governador Beto Richa (PSDB) um dia depois. Pelo texto, servidores com mais de 73 anos migraram para o fundo previdenciário do Paraná previdência, diminuindo a solvência do fundo para pouco mais de 30 anos.

A diretora de Finanças da APP-Sindicato, Marlei Fernandes de Carvalho, afirmou que o relatório do MPC comprova o uso desproporcional da força contra os manifestantes. “É lamentável, muito triste e mostra o quão desproporcional foi. Por isso chamamos aquele dia de massacre. Ter tudo isso disponível para usar contra servidores que faziam uma manifestação pacífica? É cada vez mais assustador”, afirmou. Ela também criticou o gasto com diárias de policiais de outras cidades para atuar no protesto.

Marlei disse ainda que o arsenal disponível aponta para uma premeditação do governo na operação. “Era desnecessário e o governo podia ter paralisado a ação dos policiais, mas não o fez”.

CONTINUA

29 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## AGENTES

Os agentes penitenciários decidiram ontem desistir da greve da categoria. A medida foi tomada porque o TJ-PR determinou o movimento ilegal. O sindicato relatou que, diante disso, o clima de hostilidade nas prisões cresceu e ficou difícil manter a paralisação.

## BETO RICHA

Em vídeo postado nas redes sociais, o governador Beto Richa disse ontem que a proposta de reajuste enviada à Assembleia é "irrecusável" dadas as "circunstâncias da crise econômica". Ele disse ter sido, mais uma vez, surpreendido pela recusa da APP-Sindicato.

## MANIFESTAÇÃO

Cerca de 100 mil pessoas são esperadas hoje em Curitiba pela APP-Sindicato em um protesto para lembrar um mês da "batalha do Centro Cívico", quando mais de 200 manifestantes ficaram feridos. A concentração será na Praça 19 de Dezembro, a partir das 9 horas.

## MP-PR já ouviu quase 300 pessoas

Diego Ribeiro e Rodrigo Batista

Um balanço divulgado pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR) na quinta-feira (28) mostra que o órgão já colheu 294 depoimentos na investigação que apura excessos da Polícia Militar do Paraná (PM) contra os professores no dia 29 de abril. O órgão deve levar mais 30 dias para concluir o trabalho. O evento ficou conhecido como "batalha do Centro Cívico". Naquele dia, 213 pessoas ficaram feridas, entre professores e estudantes. O governo do estado também afirmou que policiais se feriram, mas não divulgou seus nomes.

Segundo o MP, além de vítimas e testemunhas, foram ouvidos o ex-comandante-geral e subcomandante, coronel César Kogut, e coronel Nerino Mariano Brito, respectivamente, entre outros oficiais como coordenador da operação militar "Centro Cívico", coronel Arildo Dias. O ex-secretário da Segurança Pública, deputado federal Fernan-

do Francischini (SD), também foi notificado para esclarecer questões sobre aquele dia, mas ainda não respondeu a solicitação.

A investigação também já conseguiu concluir 132 laudos, de 204 requisitados. Dez deles precisaram de exames complementares. O planejamento completo da ação foi entregue pela PM, mas nenhum detalhe foi divulgado. Foram recebidos também 285 e-mails com informações sobre o evento do dia 29 de abril. O MP informou ainda que o governo estadual e a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária não apresentaram as informações requisitadas.

## PM-PR

O comandante-geral da PM, coronel Maurício Tortato, determinou um estudo de caso sobre a atuação da corporação em episódios como o dia 29 de abril. Segundo ele, a "batalha do Centro Cívico" gerou muito desgaste, mas ele pretende usar a data para resgatar alguns valores da corporação. Ele disse também que o Inquérito Policial Militar (IPM) já ouviu centenas de pessoas e que a investigação deve ser divulgada quando concluída.

CONTINUA



29 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### A BATALHA

A Polícia Militar colocou à disposição de seus 2.516 policiais um arsenal com quase 4 mil itens entre balas de borracha e bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo para ser usado entre os dias 25 e 29.

a. O efetivo total de policiais militares lotados em Curitiba e Região Metropolitana, designados para a operação foi de 1661 (um mil e seiscentos e sessenta e um);

c. O efetivo total de policiais militares destacados de outras regiões do Estado foi de 855 (oitocentos e cinquenta e cinco). Eletivo este das OPM localizadas nos seguintes municípios: Ponta Grossa, Jacarezinho, Pato Branco, Maringá, Londrina, Cascavel, Cruzeiro do Oeste.

d. Quanto ao pagamento de diárias, verifica-se que o valor final ficou em R\$ 553.277,50 (quinhentos e cinquenta e três mil, duzentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos), quantia essa que levou em consideração

### DECEPÇÃO

**Professores decidem não convocar assembleia para proposta do governo**

Catarina Scortecchi,  
especial para a Gazeta do Povo

Reunidos na manhã de quinta-feira (28) em Curitiba, professores de todas as regiões do Paraná decidiram que, por enquanto, não vão convocar uma assembleia da categoria. Na prática, isso significa que a proposta de data-base feita pelo governo estadual não agradou aos servidores e a greve continua.

Na semana que vem, a APP-Sindicato, entidade que representa os educadores, vai concentrar suas ações na Assembleia Legislativa. A ideia é sugerir emendas aos parlamentares para que o projeto de lei da data-base, entregue pelo Executivo na quarta-feira (27), seja modificado.

"Queremos garantir através de emendas a aplicação dos 8,17%", resumiu Marlei Fernandes de Carvalho, diretora de Finanças da APP-Sindicato. Questionada sobre o prejuízo da greve ao calendário escolar, Marlei afirmou que a entidade está preocupada. "Mas não temos como retomar agora diante desta proposta do governo estadual", acrescentou.

MUNICÍPIO		TOTAL	
61	CAR CAL 40MM (SÓ7 PUNCH)	AM479	60
61	CAR CAL 12 C/ PROJÉTL DE BORRACHA	AM-403P	1104
71	CAR CAL 12 C/ PROJÉTL BOR	AM-403	120
5	CAR CAL 12 C/ TRÊS PROJÉTEIS CILINDRICOS DE	AM-403C	658
5	BORR		
7	CAR CAL 12 C/ TRÊS PROJÉTEIS CILINDRICOS DE	AM-403A	315
7	BORR		
10	CAR CAL 12 JATO DIRETO PIMENTA (CC)	GL-164	11
11	CAR CAL 3758MM C/ DOZE PROJÉTEIS ESFÉRICOS DE	AM404/12E	36
11	BORRACHA		
11	CAR CAL 3758MM C/ TRÊS PROJÉTEIS ESFÉRICOS DE	AM-404	30

28	PROJÉTL CAL 40MM C/ CARGA MÚLTIPLA DE EMISSÃO	GL-205	162
28	LACRIMOGÊNICA		
29	PROJÉTL CAL 40MM C/ CARGA TRÍPLICE DE EMISSÃO	GL-203H	68
29	LACRIMOGÊNICA		
30	PROJÉTL CAL 40MM DE LONGO ALCANCE COM	GL-202	5
30	CARGA LACRIMOGÊNICA		
31	PROJÉTL CAL 40MM DE MÉDIO ALCANCE COM CARGA	GL-201	67
31	LACRIMOGÊNICA		

Total:

Balas de borracha: **2.323**

Bombas de gás lacrimogêneo, efeito moral e fumígenas: **1.413**

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

# GAZETA DO POVO

ENTRELINHAS

## Dia da Cidadania:

## advogados fazem plantão

**U**m exército de 1,3 mil advogados vai às ruas das cidades paranaenses neste sábado (30) para dar orientações gratuitas nas mais diversas áreas do Direito. A ação faz parte do Dia da Cidadania, promovido pela sessão paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Família, consumidor, trabalho, previdenciário e criminal são algumas das frentes nas quais haverá plantão em Curitiba e em outras 47 cidades do interior. A Comissão de Acessibilidade também ofertará cerca de 400 vagas para pessoas com deficiência, em parceria com entidades da área. Em Curitiba, a ação será na Praça Santos Andrade, das 9 às 17 horas. Para conferir os endereços das ações em todo o estado, acesse [www.oabpr.org.br/Noticias.aspx?id=21253](http://www.oabpr.org.br/Noticias.aspx?id=21253).

### BESSA

#### Sempre Pró-Paraná 1

O empresário Marcos Domakoski, atual diretor de gestão empresarial da Copel, foi empossado nesta quinta-feira (28) na presidência do Movimento Pró-Paraná em substituição ao empresário Jonel Chede, que se afastou por motivos pessoais. Domakoski vai concluir o mandato referente ao biênio 2013-2015, que termina no dia 31 de agosto.

#### Sempre Pró-Paraná 2

Desde que assumiu o Pró-Paraná, movimento fundado pelo jornalista Francisco Cunha Pereira Filho que defende grandes causas paranasistas, Jonel Chede se destacou pelo empenho em importantes campanhas em favor do estado, como a questão da ampliação dos limites do mar territorial paranaense e a indicação – finalmente consumada – do jurista Luiz Edson Fachin para o Supremo Tribunal Federal.

### Justiça abre primeira ação de improbidade da Lava Jato

A juíza federal Gisele Lemke, titular da 2ª Vara Federal de Curitiba, recebeu petição inicial do Ministério Público Federal e abriu ação civil pública de improbidade administrativa contra o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa; o empresário Gerson de Mello Almada, da Engevix Engenharia; e outros três executivos supos-

tamente envolvidos com o esquema de corrupção e propinas instalado entre 2003 e 2014 na estatal. A Engevix também é ré na ação. É a primeira ação por improbidade aberta pela Justiça Federal no âmbito da Lava Jato. O Ministério Público Federal já propôs outras quatro ações de improbidade. Esses processos visam exclusivamente sanções civis contra os acusados, como indenização por danos causados, pagamento de multa, perda de função pública e suspensão dos direitos políticos.

# 29 MAI 2015

## STF tende a engavetar ação que pede fim das doações privadas

O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse nesta quinta-feira (28) que, se o Congresso aprovar a proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite o financiamento de campanhas por empresas, a retomada do julgamento sobre o assunto na Corte ficará inviabilizada. Uma ação direta de inconstitucionalidade proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sobre esse tipo de doação começou a ser julgada no ano passado, mas o ministro Gilmar Mendes pediu vista. Já existem votos da maioria dos ministros contra as contribuições das empresas.

A PEC foi aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados. Agora, a proposta ainda precisa ser submetida à votação em segundo turno. Em seguida, o Senado também votará a proposta em dois turnos. Se for aprovada, a medida entrará em vigor.

29 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## Polícia Federal vai apurar crimes na CBF

Inquérito é aberto para investigar irregularidades na entidade nacional. Ministro da Justiça considera "bem provável" que existam delitos

BRASÍLIA  
Reuters

A Polícia Federal (PF) abriu na quinta-feira (28) inquérito para investigar se houve no Brasil crimes relacionados ao escândalo de corrupção que atingiu dirigentes da Fifa, informou o Ministério da Justiça.

Sete dirigentes da entidade que comanda o futebol, incluindo o ex-presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), José Maria Marin, foram presos na última quarta na Suíça sob acusações de corrupção e podem ser extraditados para os Estados Unidos.

"Se houver, e é bem provável que tenham, delitos configurados perante a legislação brasileira, a Polícia Federal abrirá os devidos inquéritos e fará investigações rigorosas", disse o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em Brasília.

Na quarta-feira, a PF e o Ministério Público realizaram buscas na sede da empresa Klefer, no Rio de Janeiro, que tem contrato com a

CBF para negociar direitos da Copa do Brasil, em operação realizada em cooperação com autoridades norte-americanas, que investigam as irregularidades.

"Nós já recebemos uma solicitação de cooperação internacional dos Estados Unidos, que está sob sigilo. O Brasil tem a firme posição de colaborar naquilo que for necessário com as autoridades policiais ou judiciárias de outros países", afirmou Cardozo.

Autoridades dos EUA afirmam que nove dirigentes do futebol e cinco executivos de marketing e mídia esportiva estão sendo acusados de corrupção envolvendo mais de US\$ 150 milhões em subornos.

No caso do Brasil, as investigações incluem, por exemplo, contrato de patrocínio da seleção brasileira com uma empresa fornecedora de material esportivo e a negociação dos direitos comerciais da Copa do Brasil.

Cardozo e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, vão se reunir nos próximos dias para acertar detalhes sobre o assunto. A ideia, de acordo com o ministro, é unificar a questão com o Ministério Público.

Questionado se as investigações podem atingir as obras da Copa do Mundo de 2014, no Brasil, Cardozo declarou que "o governo brasileiro tem todo interesse de apurar ilícitos, venham de onde vierem".

### Justiça suíça deve manter Marin preso até a extradição

A Justiça suíça não deverá conceder a José Maria Marin o direito de aguardar a eventual extradição em liberdade. Segundo o Departamento de Justiça de Berna, o brasileiro não tem propriedades na Suíça e haveria um "risco de fuga" se a ele fosse permitido ir a um hotel. "A norma é a de não conceder a liberdade condicional nesses casos", declarou Folco Galli, porta-voz do governo suíço. Segundo ele, o fato de Marin ser estrangeiro ainda agrava essa situação diante da falta de um elemento que o manteria no país.

O processo de extradição pode levar até seis meses e, enquanto isso, ele está em uma cela individual com banheiro em uma prisão modelo da Suíça. O Departamento de Polícia do país alpino revelou que Marin "passa bem" e que está recebendo todos os serviços que são garantidos a detentos, inclusive assistência jurídica.

O porta-voz da polícia de Zurique confirmou que o brasileiro está em uma das prisões da região. Mas evitou dar a localidade exata, por "motivos de segurança". "O que podemos garantir é que todos os direitos humanos do brasileiro estão sendo assegurados". Ele ressaltou que os suíços quiseram assegurar que Marin fosse afastado de qualquer outro cartola. "Não queremos que haja uma troca de informações", insistiu. Segundo fontes próximas à CBF, ele passou a quinta-feira em busca de advogados na Suíça e nos Estados Unidos e deve resistir à extradição.

29 MAI 2015

## FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

### **Autonomia**

O Tribunal de Justiça, ao conceder o aumento integral da inflação acumulada aos seus trabalhadores, levou em conta que tem orçamento para tanto (aliás o governador aumentou exponencialmente a cota de cada poder, incluindo Tribunal de Contas), o que não se dá com o Executivo. E é bem possível que ainda haja a complementação em janeiro, aumentando o desequilíbrio. Vai faltar uma ação unívoca no ajuste fiscal, indispensável para arrumar o quadro e marcar um estilo de comportamento. A distonia é perniciosa.

29 MAI 2015

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME

### **Fim da reeleição reduz processos na Justiça**

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Dias Toffoli afirmou ontem que o fim da reeleição, aprovado em plenário da Câmara na quarta-feira, vai diminuir o número de processos na Justiça Eleitoral. Isso porque, explica o ministro, “há muitos processos que envolvem a ideia de uso da máquina administrativa, medidas e programas criados para fins eleitorais, no ano de eleições”. “Evidentemente, o fim da reeleição, se vier a ser definitivamente aprovado como emenda constitucional, gera uma diminuição de demanda”, completou.

### **Coincidência de eleições**

Toffoli demonstrou preocupação com a coincidência de eleições em um mesmo ano. Para ele, isso pode gerar um número de cerca de 3 milhões de candidatos em uma única eleição. “São três milhões de prestações de contas, de registros, é um número muito alto.” Sobre o financiamento de campanha - a Câmara aprovou doações de empresas para partidos, mas não para candidatos -, Toffoli preferiu cautela. “O Congresso ainda está deliberando. Vamos aguardar”. O Senado ainda precisa aprovar a medida. “O que eu penso ser bastante importante é que se estabeleça um limite de gastos. Hoje são os próprios candidatos que se autolimitam. Ou seja, o céu é o limite.”, afirmou.

### **Justiça Eleitoral cancela 1,71 milhão de títulos**

A Justiça Eleitoral cancelou os títulos de 1.711.267 eleitores por ausência não justificada às urnas nas últimas três eleições. Os eleitores passíveis de ter o documento invalidado tiveram o prazo de 60 dias para regularizar a situação. Para a aplicação da regra de cancelamento, a Justiça Eleitoral considera que cada turno é uma eleição. Os maiores colégios eleitorais do País também tiveram o maior número de títulos cancelados - São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul. Quem tem o título de eleitor cancelado não pode obter passaporte (mesmo em caso de renovação do documento), de carteira de identidade, o recebimento de salário de função ou emprego público, e a tomada de alguns tipos de empréstimos. A ausência de registro também pode dificultar matrícula em instituições de ensino e a nomeação em concurso público. Os dados são do Tribunal Superior Eleitoral.

29 MAI 2015

## FOLHA DE LONDRINA

### **Defensores entram com ação civil contra o Estado**

**Curitiba** - Um grupo de dez defensores públicos do Paraná ajuizou uma ação civil pública de indenização por danos morais contra o Estado, devido aos acontecimentos registrados no dia 29 de abril. O processo tramita na 5ª Vara da Fazenda Pública da Capital. Entre os pedidos estão o ressarcimento de R\$ 5 milhões, valor a ser depositado em um fundo de reparação de interesses difusos, e a construção de um monumento numa área próxima à da "batalha", em memória ao ocorrido.

A defensora Camille Vieira da Costa disse que há dois objetivos principais na ação. "Um deles é a adequação da Polícia Militar (PM) aos protocolos internacionais de atuação frente a protestos populares. A gente pede que o Estado se abstenha de utilizar balas de borracha ou qualquer munição parecida". O outro é a reparação dos danos coletivos e individuais. A reportagem procurou a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), mas não recebeu retorno até o fim desta edição.

Os acontecimentos de abril também são investigados pelo Ministério Público (MP). O órgão informou ontem que colheu até agora 294 depoimentos de vítimas e testemunhas e que pretende concluir o inquérito dentro

de 30 dias. Dos 204 laudos de exames de lesões corporais, 132 foram concluídos. A PM teria fornecido ao MP um amplo detalhamento do planejamento e da execução da operação. O governo do Estado e a Secretaria de Segurança Pública (Sesp), por outro lado, não repassaram as informações solicitadas. Tanto a PM como a Sesp disseram à FOLHA que só irão se pronunciar ao final das investigações. (MFR)

## AGENDA

### **Direito Securitário**

Londrina - O 5º Seminário de Direito Securitário, realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), será realizado em Londrina no próximo dia 16 de junho, a partir das 19 horas, na sede da Subseção. O evento tem inscrições gratuitas, já abertas, pelo site [www.oabpr.org.br/eventos](http://www.oabpr.org.br/eventos). Serão realizadas duas palestras: "A simulação no Código Civil de 2012: Análise da Invalidade e Diferenciação da Fraude, especialmente no Âmbito do Contrato do Seguro", por Alberto Junior Veloso, juiz de Direito da Comarca de Londrina; e "A Dignidade da Pessoa Humana, a Proteção dos Direitos Fundamentais e os Contratos de Seguro Saúde Privada", por Angélica Carlini, presidente da Associação Internacional de Direito do Seguro.

29 MAI 2015

## FOLHA DE LONDRINA

# MPF propôs mais de 5 mil ações de improbidade

Fausto Macedo e  
Julia Affonso  
*Agência Estado*

São Paulo - O Ministério Público Federal (MPF) propôs, desde 2013, um total de 5.445 ações de improbidade administrativa contra agentes públicos. As ações alcançaram gestores, ex-gestores e servidores, além de particulares que se beneficiaram de irregularidades e causaram prejuízo aos cofres públicos. Em 2013, os procuradores federais propuseram 3.143 ações e abriram 9.881 procedimentos de investigação relacionados à improbidade. Em 2014, foram contabilizados 2.002 ações e 11.405 procedimentos de investigação. Para 2015, o estudo aponta 300 ações já propostas e 6.118 procedimentos de investigação até o dia 22 de maio. O diagnóstico abrange os 26 Estados e o Distrito Federal.

Segundo o MPF, entre as irregularidades encontradas estão, por exemplo, procedimentos licitatórios fraudulentos, desvio de verbas públicas, inconsistências na prestação de contas ou mesmo a sua omissão. As atribuições dos

procuradores abarcam os atos de improbidade administrativa praticados por agentes públicos federais ou de outros entes políticos - Estados e municípios -, desde que envolvam a aplicação de recursos federais.

A responsabilidade também pode recair sobre os particulares que concorrem para a conduta ilícita ou que tenham se beneficiado da má gestão das verbas públicas. As ações do MPF pedem que os acusados sejam condenados à perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio e, ainda, a ressarcir integralmente o dano, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa, proibição de contratar com a administração ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, além de perderem a função pública. Em alguns casos, as irregularidades servem de parâmetro para a propositura de ações penais contra os agentes, quando os fatos também configurarem crime. Na fixação das penas, é considerada a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo infrator.

29 MAI 2015

## FOLHA DE LONDRINA

# Justiça abre 1ª ação de improbidade da Lava Jato

Julia Affonso,  
Fausto Macedo,  
Mateus Coutinho e  
Ricardo Brandt  
*Agência Estado*

**São Paulo e Curitiba** - A juíza federal Gisele Lemke, titular da 2ª Vara Federal de Curitiba, recebeu petição inicial do Ministério Público Federal e abriu ação civil pública de improbidade administrativa contra o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, o empresário Gerson de Mello Almada, da Engevix Engenharia, e outros três executivos supostamente envolvidos com o esquema de corrupção e propinas instalado entre 2003 e 2014 na estatal petrolífera. A própria Engevix também é ré na ação.

É a primeira ação por improbidade aberta pela Justiça Federal no âmbito da Operação Lava Jato. O Ministério Público Federal já propôs outras quatro ações de improbidade. Além dessas ações de caráter civil, estão em curso processos criminais contra ex-dirigentes da Petrobras, doleiros, empreiteiros e lobistas.

Ação por improbidade visa exclusivamente sanções civis contra os acusados, como indenização por danos causados, pagamento de multa, perda de função pública e suspensão dos direitos políticos. Em abril, a juíza decretou indisponibilidade de bens da Engevix, de Gerson Almada e da Jackson Empreendimentos S/A - holding da Engevix -, em caráter solidário, até o valor de R\$ 153,95 milhões. A Engevix, a Jackson Empreendimentos e o empresário Gerson Almada, todos alvos da Operação Lava Jato, terão de apresentar a lista de bens livres e desimpedidos passíveis do bloqueio judicial.

Na ação aberta ontem, o MPF pede a condenação dos réus, salvo Paulo Roberto Costa, "ao pagamento solidário de danos morais coletivos em patamares suficientes para desestimular a continuidade das práticas ilícitas, em valores não inferiores a 10 vezes o valor do dano material causado pelas condutas dos réus, o que equivale à fixação de indenização por danos morais coletivos não inferior a R\$ 384.892.999,90.



29 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

# Justiça do Trabalho multa Itaú em R\$ 20 mi no Paraná

Reportagem Local

A Justiça do Trabalho do Paraná condenou o Itaú Unibanco a pagar uma indenização de R\$ 20 milhões por danos morais coletivos, devido à falta de registro de ponto eletrônico para os funcionários. A ação foi proposta pelo Ministério Público do Paraná em 2013, porque o banco não usava um sistema seguro para contabilizar o horário de trabalho de 88 mil empregados em todo o País. Cabe recurso da decisão.

O valor deve ser distribuído entre 14 entidades beneficentes do Estado. O juiz José Wally Gonzaga Neto, da 4ª Vara do Trabalho de Curitiba, justificou na sentença que o valor não é exagerado e que representa 0,4% do lucro líquido do banco no primeiro trimestre deste ano, ou menos de R\$ 230 por empregado. Ele considerou a pena "compensatória, punitiva e preventiva".

De acordo com o juiz, o banco também não poderá exigir mais do que duas horas extras, além das seis da jornada diária, com intervalo de uma a duas horas para descanso. A pena é de R\$ 1 mil por infração.

A assessoria do Itaú foi procurada para comentar o

caso, mas não houve resposta até o fechamento desta edição.

## OUTRO CASO

O Banco do Brasil também havia sido condenado no início deste mês a pagar R\$ 800 mil a empregados do Estado, após ação do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região. Juiz da 4ª Vara do Trabalho da cidade, José Alexandre Barra Valente apontou danos morais devido a um comunicado enviado aos bancários na véspera das greves de 2013 e 2014, que, de acordo com o magistrado, ameaçava-os com risco de demissão para inibir a adesão ao movimento. O banco divulgou a decisão aos funcionários e anunciou que excluiria ausências identificadas como "falta-greve".

Ainda, a sentença determina que o Banco do Brasil se abstenha de retaliar ou perseguir grevistas antes, durante ou posteriormente aos movimentos de paralisação promovidos pelos sindicatos e de evitar qualquer ato capaz de constranger os trabalhadores. A desobediência implica em multa de R\$ 100 mil. A decisão é do fim de abril e o banco notificou os funcionários no último dia 13.

29 MAI 2015

## FOLHA DE S. PAULO

### Emenda pode sepultar ação no STF, dizem ministros

Processo pede proibição de doações de empresas

Pelo menos dois ministros do Supremo Tribunal Federal acreditam que a eventual aprovação pelo Congresso da emenda que permite às empresas doarem para partidos pode sepultar a ação sobre o tema que tramita na corte.

A ação direta de inconstitucionalidade (Adin), atualmente parada no STF, foi proposta pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), com objetivo de proibir todas as doações de empresas, tanto a candidatos quanto às siglas.

Marco Aurélio Mello foi o mais taxativo. Para ele, se a emenda receber o crivo definitivo no Legislativo antes de o STF concluir sua análise, a ação "voltará à estaca zero".

"Se isso ocorrer, a ação que está no STF ficará prejudicada, perderá o objeto", disse.

Segundo o ministro, a corte precisaria ser provocada com outro processo para deliberar sobre a legalidade desse modelo de contribuições.

Luiz Fux, embora não tenha sido conclusivo, também vê margem para que a decisão do Legislativo torne a Adin inócua. Ele disse que a emenda "pode tornar prejudicada a ação", apesar de o conteúdo delas ser diferente.

O ministro Gilmar Mendes já havia adiantado, na quarta, que devolverá a Adin ao plenário do STF até o final de junho. Ele pediu vista do processo em abril do ano passado. (GABRIEL MASCARENHAS)

MÔNICA BERGAMO

### ENDEREÇO CERTO

A Justiça americana devolverá ao Brasil o quadro "Hannibal", do artista americano Jean-Michel Basquiat. A obra, avaliada em US\$ 8 milhões, fazia parte do acervo do ex-banqueiro Edemar Cid Ferreira e foi apreendida no exterior. Ela deve ser encaminhada à massa falida do banco Santos.

### DE VOLTA

O desembargador Fausto de Sanctis deve embarcar para Nova York no dia 18 para assinar o recebimento das obras. Ele foi o juiz do caso e encaminhou os acordos para a devolução de obras de arte ao Brasil. Além do quadro de Basquiat, os EUA devem entregar a escultura "Roman Togatus" à Justiça do Brasil.

### PARA SEMPRE

Edemar Cid Ferreira deve se livrar de vez da possibilidade de ser punido por gestão fraudulenta. Ainda que novo processo fosse aberto depois que a primeira sentença contra ele foi anulada, na semana passada, não haveria tempo para que fosse adiante. Como ele tem mais de 70 anos, a pena contra o ex-banqueiro prescreve em dez anos depois do recebimento da denúncia —ou no próximo dia 3 de julho.

### PAINEL

**Boca do caixa** Ricardo Lewandowski aproveitou encontro com Dilma no Planalto para pedir apoio ao reajuste dos servidores do Judiciário. O presidente do STF argumentou que a defasagem salarial pode gerar situações graves e paralisações, que afetarão a máquina pública.

**Lê e cã** O governo paulista demonstra preocupação com projetos que alteram carreiras do Judiciário estadual, em tramitação na Assembleia. O impacto dos três textos é de R\$ 250 milhões anuais, segundo o Executivo, o que exigiria suplementação orçamentária para o TJ.

**Iceberg** Rodrigo Janot e Eduardo Cunha (PMDB-RJ) não se cumprimentaram em solenidade no TSE nesta quinta. O presidente da Câmara, no entanto, saudou o ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no STF.

29 MAI 2015

## FOLHA DE S. PAULO

### Justiça aceita ação que pede R\$ 539 mi da Engevix

Ministério Público quer reparação de danos à estatal por práticas de cartel e suborno

A Engevix, seu vice-presidente Gerson Almada e o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa se tornaram réus nesta quinta (28) em ação de improbidade na qual o Ministério Público pede a devolução de R\$ 539 milhões.

É a primeira ação civil de improbidade no âmbito da Lava Jato aberta pela Justiça.

Esse tipo de ação tem o objetivo de reparar os danos causados pelas práticas de cartel e de pagamento de suborno em negócios da estatal.

Os procuradores afirmam que a Engevix pagou cerca de R\$ 38,5 milhões para obter contratos que somam R\$ 3,85 bilhões —estimativa feita a partir de informação de delatores de que a propina era de 1% sobre o valor do contrato.

A Engevix disse à Justiça que foi extorquida por diretores da Petrobras e que os procuradores não provaram que houve sobrepreço nos contratos com a estatal.

Executivos da empresa são réus em ação criminal sobre o mesmo esquema de corrupção na Justiça Federal no Paraná.

29 MAI 2015

## JORNAL DO ÔNIBUS

# TCE alerta governo por excesso de gasto com pessoal



### Paraná atingiu 98,73% do limite prudencial da LRF

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) emitiu hoje, novo alerta ao Governo do Paraná por excesso nos gastos com pessoal. A análise se refere ao segundo quadrimestre de 2014. No período, segundo o TCE, a despesa com pessoal consumiu 48,38% da receita

corrente líquida, o que representa 98,73% do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de 95%.

O alerta foi emitido durante a sessão do Pleno do TCE e foi relatado pelo conselheiro Durval Amaral. O Artigo 22 da LRF determina uma série de

restrições quando a administração ultrapassa o limite de gastos com pessoal. Neste caso, o poder ou órgão público fica impedido de conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração aos servidores, criar cargo, emprego ou função, além de admitir pessoal. ●

## MP-PR faz balanço das investigações de 29 de abril

Decorridos aproximadamente 30 dias da abertura dos procedimentos investigatórios para apurar os fatos ocorridos no dia 29 de abril, nos arredores da Assembleia Legislativa, o Ministério Público apresentou um balanço do que foi realizado até o momento.

Foram prestados 294 depoimentos ao Ministério Público (dos quais 187 com registro audiovisual na íntegra, que totalizam mais de 50 horas de gra-

vação). Além de vítimas e testemunhas, foram ouvidas o comandante-geral da Polícia Militar, subcomandante-geral da Polícia Militar, coordenador da operação militar "Centro Cívico", comandante do Bope (Batalhão de Operações Policiais Especiais), comandante e subcomandantes do 1º Comando Regional do Paraná. Dos 204 laudos de exames de lesões corporais requisitados, 132 já foram concluídos. ■